



Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

A IMPORTÂNCIA DO COORDENADOR NA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CÉLIA BORGES DA CUNHA

Professora-orientadora Dra. Rosana César Arruda Fernandes

Professora monitora-orientadora Mestre Sônia Ferreira de Oliveira

Brasília, 18 de maio de 2013.

CÉLIA BORGES DA CUNHA

**A IMPORTÂNCIA DO COORDENADOR NA
ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Monografia apresentada à banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Professora-orientadora Dra. Rosana César de Arruda Fernandes e da Professora tutora-orientadora Mestre Sônia Ferreira de Oliveira.

TERMO DE APROVAÇÃO
Célia Borges da Cunha

**A IMPORTÂNCIA DO COORDENADOR NA
ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Dra. Rosana César de Arruda Fernandes-
UnB/SEEDF

(Professora-orientadora)

Mestre Sônia Ferreira de Oliveira-
UnB/SEEDF

(Tutora-orientadora)

Profª Mestre Maria Antônia Honório Tolentino-SEEDF

(Examinador externo)

Brasília, 18 de maio de 2013.

Dedico este trabalho à memória da minha mãe Fátima que sempre me incentivou a lutar por um ideal, aos meus filhos Iago, Uiara e Maiara pela compreensão, a meu marido Jocelmo pela colaboração e paciência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ser minha fonte de inspiração e fé.

À professora-orientadora Dra. Rosana César Arruda Fernandes.

À professora-tutora Sônia Ferreira de Oliveira pelo apoio e orientação.

Aos colegas de trabalho, com quem pude trocar experiências enriquecedoras e compartilhar a fé na vida.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	REFERENCIALTEÓRICO	09
	2.1- Legislação e conceitos do Projeto Político- Pedagógico	11
	2.2- O coordenador e o projeto político pedagógico	14
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	21
	3.1- Dados de identificação	24
	3.2- Dados da instituição educacional	24
	3.3- Missão	24
	3.4- Histórico educacional	25
	3.5- Análise de dados	29
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
	BIBLIOGRAFIA	
	APÊNDICE	

INTRODUÇÃO

É de relevante importância a função do coordenador na implantação de políticas pedagógicas no âmbito escolar. É sua função estabelecer relações entre os vários segmentos que compõem a comunidade escolar, buscando favorecer um ambiente de convívio saudável e harmonioso. Não menos importante, contribuir na construção do conhecimento em busca de novos paradigmas, visando à adequada atuação do professor, de modo a oportunizar-lhe o aprimoramento de habilidades que lhe permitam lidar com as diversidades.

Como atribuição principal, destaca-se o acompanhamento ao trabalho pedagógico dos professores, bem como o incentivo à reflexão sobre sua prática, e à fundamentação desta, com base nos conhecimentos teóricos disponíveis em literatura pertinente. Contribui desse modo, à efetivação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, buscando assegurar condições adequadas para que seu processo de elaboração seja acessível, transparente e participativo.

De acordo com Glória e Silva (s/d):

A organização do trabalho pedagógico é uma estratégia educacional para democratizar o processo de ensino e aprendizagem, é o produto de um esforço coletivo que expressa anseios, necessidades e interesses da sua comunidade. Para o professor-coordenador pedagógico, normalmente, fica a orientação aos professores, a relação com os pais e a supervisão geral das atividades pedagógicas. É fundamental, portanto, analisar o papel desse profissional: sua ação/orientação poderá (ou não) contribuir para que todas as crianças tenham direito ao desenvolvimento do conjunto de suas potencialidades.

Para concretizar os objetivos deste estudo, buscou-se analisar a função do coordenador pedagógico e sua participação na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), bem como analisar a utilização do PPP no processo de reelaboração, organização e execução de projetos educativos no âmbito escolar.

A elaboração do PPP, sem a participação efetiva da comunidade escolar nem privilegia, nem respeita a gestão democrática, as decisões coletivas e a valorização do professor. Nessa perspectiva, os atores principais do processo de construção do conhecimento seriam meros tarefeiros secundários, sem importância, diante de tão valiosa oportunidade de aprendizagem coletiva.

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Lima e Santos (2007), o coordenador pedagógico é o profissional que tem como responsabilidade a valorização das ações coletivas na instituição escolar, assegurando que estejam vinculadas ao eixo pedagógico desenvolvido na instituição. O Projeto Político Pedagógico será, portanto, o caminho norteador das tomadas de decisões coletivas no âmbito escolar. Segundo o autor, as questões norteadoras emersas de uma consciência coletiva não se esgotam nessa formulação, mas são indicadoras de que há necessidade do desenvolvimento de outra forma de reivindicar a legitimidade de ação sobre o real que, embora disponível, muitas vezes não é explorada por conta do velamento do poder que o coletivo pode provocar. Nessa ótica, vale ressaltar que o ato educativo não acontece de maneira monolítica, isto é, do professor que ensina para o aluno que aprende, mas antes, também é resultante da ação entre ambos e, de forma mais sistematizada, da interação do professor com outros professores e dos estudantes entre seus pares. O coordenador pedagógico, portanto, tem no Projeto Político Pedagógico um poderoso instrumento mediador dos conhecimentos e práticas pedagógicas, bem como organizador do processo educativo coletivo.

Segundo Veiga (1995, p.13), o projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, e um compromisso definido coletivamente. Portanto, o projeto pedagógico é político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico. E, também, para a citada autora, o projeto pedagógico deve ser um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade.

Deve, para tanto, proporcionar a vivência democrática e o exercício da cidadania, necessários à participação de todos os membros da comunidade escolar, oportunizando o estabelecimento de uma relação recíproca entre a dimensão política e pedagógica.

Vasconcelos (2009, p.31) aborda uma visão diferenciada do supervisor, não mais aquele fiscalizador, controlador do professor, mas um coordenador articulador do trabalho pedagógico na escola, que trabalha junto com os professores, discutindo com eles os problemas e as possíveis soluções para a melhoria do processo de ensino aprendizagem. Ou seja, um eficiente colaborador na busca de melhorias tanto para o corpo docente, quanto para o corpo discente.

É de significativa importância para a escola a presença de um coordenador pedagógico atuante, capaz de exercer seu papel como articulador, que assegure a construção coletiva do PPP, o alcance das metas aí estabelecidas e o cumprimento dos objetivos almejados, de modo que o PPP seja um instrumento diagnóstico e de transformação da realidade escolar.

O papel do coordenador pedagógico na esfera escolar, bem como sua identidade é de coordenar, organizar, orientar, assessorar, subsidiar, promover momentos de integração do trabalho pedagógico entre as diferentes disciplinas, numa mesma série, ou uma mesma disciplina, em diferentes séries (RANGEL, 2006).

O coordenador pedagógico realiza reuniões semanais com o corpo docente. Essas reuniões têm o propósito de discutir coletivamente os problemas da escola, ou seja, as situações de aprendizagem em que os professores podem trocar informações e buscar alternativas de resolvê-los.

Para alguns estudiosos da educação o papel do coordenador pedagógico transcende a questão meramente pedagógica. Para Freire (1982), esse profissional é o educador que deve enfatizar o caráter pedagógico das relações de aprendizagem no ambiente educacional e que cabe aos professores estimular e enriquecer as práticas da rotina pedagógica.

Na visão de Vasconcellos (2007), a supervisão pode ser compreendida como um processo de troca de experiências em que um professor, em princípio mais experiente e mais informado, orienta outro professor no seu desenvolvimento humano e profissional.

Para Pires (2004, p.182), a função primeira do coordenador pedagógico é planejar e acompanhar a execução de todos os processos didático-pedagógicos da instituição, tarefa de importância primordial e de inesgotável responsabilidade e que encerra todas as possibilidades, como também os limites, de atuação desse profissional. Quanto mais esse profissional se voltar às ações que justificam e configuram a sua especificidade, maior será o seu espaço de atuação. Em contrapartida, o distanciamento dessas atribuições seja por qual for motivo, irá aumentar a discordância e desconhecimento quanto às suas funções e ao seu papel na instituição escolar.

2.1 Legislação e conceitos do Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico é documento essencial na escola. Para tanto, torna-se necessário refletir sobre os seguintes questionamentos: o que é o Projeto Político Pedagógico da escola e qual sua fundamentação legal?

Segundo o dicionário Aurélio, a expressão *projeto* vem do latim *projectu*, “Lançado para diante. Ideia que se forma de executar ou realizar algo, no futuro: plano, intento, desígnio”. Portanto, para melhor compreensão faz-se necessário conceituar e refletir sobre as palavras que compõem o referido tema.

O projeto pedagógico é um documento que não se reduz à dimensão pedagógica, nem muito menos ao conjunto de projetos e planos isolados de cada professor em sala de aula. O projeto pedagógico é, portanto, um produto específico que reflete a realidade da escola. Situado em um contexto mais amplo, que a influencia e que pode ser por ela influenciado. Em suma, é um instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade. (VEIGA, 1998; p.11).

Quando se faz referência ao termo *político*, é porque se entende que toda ação pedagógica é, também, uma ação política, não no sentido de uma doutrina ou partido político, mas no sentido da busca do bem comum e coletivo.

Na dimensão do *pedagógico* reside a possibilidade de efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. *Pedagógico* no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas, a fim de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Os debates envolvendo questões referentes aos projetos político pedagógicos têm sido frequentes. A obrigatoriedade desse documento na escola ficou estabelecida a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), porém, isso não quer dizer que, antes dessa lei, os projetos pedagógicos fossem inexistentes ou dispensáveis. Existiam e “chegavam prontos”, porém permitiam pequenos ajustes que sinalizavam alterações, de acordo com a realidade das instituições.

A LDB em seu artigo 12, inciso I, prevê que “todos os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, têm a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”, deixando explícita a ideia de que a escola não pode prescindir da reflexão sobre a intencionalidade e clareza do processo decorrente da ação educativa. Neste sentido, construir o Projeto Político Pedagógico não é tarefa das secretarias de educação, dos secretários de educação e diretores isolados em suas salas, mas sim de todos os envolvidos na unidade escolar, discutindo, refletindo, superando condições, decidindo juntos.

Segundo Vasconcellos, Projeto Político Pedagógico é:

A sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que se define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um importante caminho para

a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (VASCONCELLOS, 2002 p.169).

O Projeto Político Pedagógico há de ser entendido, portanto, conforme refere o autor como “o plano global da instituição”. Isso, primeiramente, requer consciência da comunidade envolvida no sentido de jamais considerá-lo como algo pronto, acabado, definitivo.

Por conseguinte, o PPP nunca deve ser “encomendado”, isto é, elaborado sem a legitimidade daquela comunidade escolar específica. Caso contrário, pode transformar-se em uma estratégia política escusa, o que eventualmente pode vir a ocorrer, e ser utilizada por gestores, diretores ou coordenadores conservadores ou desonestos, com o intuito de fazer uso do poder de forma autoritária, ou apenas cumprir uma exigência legal de existência do documento na escola sem, entretanto, representá-la. É uma forma de abolir a participação dos alunos, pais e comunidades, que contraria o fundamento principal do objetivo do projeto político pedagógico que é a construção de uma proposta coletiva de trabalho, de responsabilização e de autonomia.

Conduta semelhante exclui necessariamente a gestão democrática do espaço escolar e privilegia decisões, ações administrativas e pedagógicas autoritárias, exclusivas à direção de uma escola. Obviamente, desconsidera e desrespeita o professor como pessoa e profissional da educação. Destitui, portanto, toda a comunidade escolar de seu protagonismo, tornando-a mera tarefaira de atos coercitivos. Quando, ao contrário, o objetivo de todo o processo de elaboração do PPP é a reflexão e a possibilidade de gestão de uma proposta de educação participativa que contemple os interesses e as necessidades de todos os envolvidos no projeto educativo.

Segundo Diogo (2002, p. 17), o PPP é um projeto de longo prazo, quanto à sua duração, e integral, quanto à sua amplitude, na medida em que abarca todos os aspectos da realidade escolar; flexível e aberto; democrático.

Portanto, como documento norteador da vida escolar, não pode ser trabalhado fora de uma prática coletiva do conhecimento. É preciso entender o PPP da escola como um situar-se em um horizonte de possibilidades na caminhada, no cotidiano, imprimindo uma direção.

Acerca do projeto político-pedagógico [...] busca um rumo, uma direção. Trata-se de uma ação intencional, um compromisso firmado coletivamente. Na visão da autora, este documento deve ser construído e vivenciado por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA, 2011p. 135).

2.2 O coordenador e o Projeto Político-Pedagógico

A introdução da supervisão educacional no Brasil aconteceu no contexto da ditadura militar e tinha uma função tecnicista e controladora. O modelo de supervisão de maior influência no Brasil foi o dos Estados Unidos, que surgiu durante o governo de Juscelino Kubitschek, no bojo do processo de industrialização do país. Nesse período, foi firmado um convênio do MEC com o referido país por ocasião da implantação do Plano de Assistência Brasileiro-Americana no Ensino Elementar (PARAEE, 1957-1964). Esse plano previa que professores brasileiros fossem aos Estados Unidos para se especializarem em supervisão para, posteriormente, organizarem cursos dessa especialidade no Brasil, conforme afirma Vasconcellos (2007, p.95).

Em tempos de ditadura, a ideia de supervisão está vinculada a aspectos políticos e administrativos: direção, coordenação e orientadores inseridos em um contexto autoritário, e na ausência de práticas sociais democráticas nas rotinas escolares. Nesse contexto, o coordenador é mero receptor de conteúdos de ações coletivas. Devido a antecedentes controladores e fiscalizadores acerca da coordenação pedagógica, não se tem clareza sobre as atribuições do coordenador pedagógico e, ainda hoje, há uma

visão empobrecida das contribuições e ações que o coordenador pedagógico pode desempenhar nos estabelecimentos de ensino, bem com na construção do projeto político-pedagógico da escola. Porém, analisando-se por outro ângulo, pode-se perceber que, na atualidade, o coordenador pedagógico atua como agente articulador do diálogo, devendo estar atento à transformação da comunidade escolar, promover a reflexão em torno das relações escolares e da transformação da prática pedagógica. Assim, estabelece diversos vínculos e relações interpessoais na escola ao desenvolver múltiplas atividades que integram a comunidade escolar.

Na busca da sinergia das ações entre os diversos segmentos da comunidade escolar, o coordenador pedagógico poderá encontrar diversos obstáculos, muitas vezes devido ao papel que exerceu no passado e, por isso, ainda se percebe certa desconfiança quanto à sua atuação ao exercer seu papel articulador integrado à equipe de gestão da escola.

Portanto, a gestão escolar deve estar sintonizada com as ações pedagógicas. Para tanto, torna-se indispensável que o coordenador faça o elo entre professores e alunos. Acolha os anseios da comunidade escolar, acompanhe o planejamento coletivo, oriente e subsidie práticas pedagógicas adequadas, o uso de diversos recursos pedagógicos e estratégias de ensino aprendizagem. Dessa forma, enriquecerá a formação continuada dos profissionais da educação, a cidadania, a ética e a consciência de direitos e deveres.

A elaboração do PPP requer a compreensão de alguns elementos básicos e dimensões que auxiliam o seu desenvolvimento, sendo as mais importantes: primeiro, mostrar a realidade da sociedade onde a escola está inserida; segundo, a ética valorativa que destaca a importância da cidadania e em terceiro, não menos importante, a realidade interna à escola.

Fundamental enfatizar também a importância do PPP como instrumento que integra o planejamento e a gestão escolar, norteando coletivamente as ações escolares. Assim, quando o PPP é bem construído e

bem executado pode ajudar a escola, de forma decisiva, a alcançar suas metas.

Em suma, o Projeto Político Pedagógico necessita de uma administração participativa, da preocupação com o coletivo e do desapego ao poder para seu bom desenvolvimento. Para que se faça frente a possíveis problemas ou dificuldades com o PPP, é essencial a avaliação institucional e a auto-avaliação, visando sua eficiência e eficácia.

Veiga (2002, p.195), estabelece que o projeto político-pedagógico busca um rumo, define uma direção, apresentando-se como uma ação intencional, figurando-se como um compromisso definido coletivamente. Esse projeto é um ato político, uma vez que enseja um compromisso com a formação do cidadão participativo e responsável, capaz de mudar a sua realidade social. Mas para que este projeto se desenvolva de uma maneira exitosa faz-se necessária a participação coletiva de todos os atores envolvidos no processo educativo escolar, onde, através de uma relação dialógica, todos os integrantes dessa comunidade irão estabelecer metas, objetivos e caminhos a serem seguidos.

A elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico aparece como elemento central para a efetivação da gestão democrática. De acordo com Bussmann (2000), a elaboração desse documento deve ser efetivada como um elemento de reflexão das ações da escola, pensado como um processo em contínua construção “[...] cujos resultados são gradativos e mediatos”, renovando-se constantemente, a partir de decisões que sejam precedidas de discussão, que fazem parte da essência da prática democrática. Essa construção coletiva exige, por parte de educadores e gestores, compromisso com sua própria competência. Nessa perspectiva, reitera-se que é inadmissível que o PPP seja elaborado por pessoas que não integram a realidade escolar, com base em projetos prontos. Especialmente ao se considerar que o PPP de uma escola deve traduzir a problematização das questões que envolvem o processo de ensino aprendizagem daquela realidade específica. Tal compreensão exige ainda, planejamentos específicos, como: a disposição do

mobiliário e sua adequação ergonômica, a forma de atendimento à comunidade escolar, o conhecimento prévio das turmas, conteúdos significativos, que estimulem o aluno a reflexões, situações/problemas, outros.

O professor precisa trabalhar atividades e conteúdos significativos com o aluno, contextualizados a partir da realidade cotidiana deles, sendo necessário que o aluno se esforce para descobrir e buscar soluções para suas dificuldades. O professor precisa, pois, obter um perfil da turma para desenvolver seu plano de aula, com objetivos claros.

Desse modo, um planejamento flexível permite possíveis, e bem vindas, modificações em suas atividades e conteúdos, quando necessárias, de modo a oportunizar diferentes maneiras de construir o conhecimento reciprocamente e, conseqüentemente, atendendo melhor e a um maior número de alunos. Especialmente, considerando que já trazem uma bagagem de vida que influencia sua aprendizagem e deve ser valorizada.

Os alunos de hoje já nasceram em uma sociedade que os ensina a interagir desde cedo. São mais ativos, estabelecendo interatividade intensa com os meios de comunicação. Quando em sala de aula, ainda são colocados por longos períodos como apenas ouvintes. Entretanto, em sua realidade cotidiana, não foram preparados para essa conduta, mas sim para serem interativos participativos no meio.

É frequente ter-se bons alunos que conseguem estudar e aprender, ao mesmo tempo em que escutam música. Na atualidade, é tácita a necessidade de aprender outra língua estrangeira, praticar esporte, manter uma vida social sem que esse ritmo prejudique o rendimento escolar do aluno. Os professores, entretanto, em sala de aula têm dificuldades em assimilar as mudanças da sociedade moderna que vêm ocorrendo ao longo dos últimos anos. Por isso, é necessário que aprenda a usar as tecnologias em seu favor, como recurso de apoio ao ensino, aliado no processo de ensino aprendido. Em busca contínua de aprimoramento, deve-se analisar criticamente a realidade

educacional brasileira, em que são encontradas situações caóticas no cenário escolar, e a falta de condições adequadas que assegurem qualidade ao processo ensino aprendizagem, como: espaço físico insuficiente, com salas pequenas para um grande número de alunos, ambientes inadequados e pouco motivadores, sem condições mínimas, a exemplo na própria capital do país (Brasília), com escolas feitas de lata. A esse quadro, soma-se o desrespeito com os professores, profissão mal remunerada, diante do nível de escolaridade exigida dos docentes, sem o devido reconhecimento de seu valor social.

Pacheco (1995, apud Cunha e Prado 2010) destaca a importância da partilha solidária dos conhecimentos e saberes no interior da escola, principalmente no que se refere ao grupo de professores, ou seja, a partilha de saberes no grupo, quando reconstruídos, confrontados e reorganizados se transformam em processo formativo que é alimentado por cada um, gerando a coesão do grupo.

Infelizmente, sabe-se que essa não é a realidade escolar na qual estamos inseridos. Atualmente, o professor não é respeitado como profissional, apesar de sua formação acadêmica e preparação de vários anos para alcançar tal condição. Além disso, o professor que atua na escola pública não possui autonomia para aprovar ou reprovar, pois se encontra atado ao próprio sistema educacional, que exige determinado percentual de aprovação, a fim de cumprir metas estabelecidas, já que os investimentos só são liberados após o cumprimento de algumas exigências.

Como percurso escolar, as crianças frequentam inicialmente a creche, em seguida a pré-escola e depois as séries iniciais do ensino fundamental. De um modo geral, os alunos ficam ansiosos por ir para a escola, pois vão conhecer novos colegas. Passam longo período com os mesmos professores, durante anos mantém relações afetivas, pouco a pouco intensificadas quando os primeiros ensinamentos são aprendidos de forma agradável, lúdica e muito carinhosa.

Quando promovidos às séries finais do ensino fundamental, encontram um espaço onde reina o império da razão, com a primazia do intelecto em detrimento das outras capacidades humanas, reduzindo drasticamente o espaço pedagógico voltado à afetividade. Acentua-se a relação verticalizada e hierárquica adulto-criança e as relações assumem maior formalidade. Sem mencionar a constante troca de professores e a intensificação massiva de conteúdos distribuídos entre inúmeras disciplinas. Geralmente quando acontecem todos esses atropelos, a relação entre aluno e escola pode vir a ser comprometida. A forma de combater a violência, de um modo geral, é feita de modo repressivo, os alunos já não respeitam seus colegas e professores, não sabem em quem confiar, perdendo totalmente seu referencial, que é o professor e, com isso, não têm mais a tranquilidade necessária ao bom ambiente de aprendizagem, sendo muitas vezes transferida para a escola responsabilidades que seriam da família.

O papel da escola é acolher o estudante de forma carinhosa e com responsabilidade, somando-se à família. Deve buscar estabelecer um ambiente escolar harmonioso, na perspectiva de formação do cidadão consciente de suas obrigações, direitos e deveres, considerando os vários fatores que surgem ao longo da caminhada, da jornada escolar de cada estudante.

Segundo Ghedin (2005), a escola, por ser resultado da sociedade na qual está culturalmente inserida, oferece os saberes deste sistema social e a ele serve. De um modo geral, a sociedade moderna, capitalista não tem a preocupação com a formação do cidadão, mas apenas em 'formar' o empregado que irá ser selecionado (pela escola) para o mercado de trabalho.

O professor deve incentivar sempre o aluno a estar na escola, procurando desenvolver um trabalho pedagógico que respeite a diversidade e as diferenças. O professor tem sempre a esperança que tudo vai melhorar, se ele não tiver esse pensamento, não é educador.

Em um contexto de alunos ativos, o coordenador desempenha um papel essencial para continuar a motivar os professores a realizarem a rotina pedagógica de forma enriquecedora e promissora para a realidade educacional. Destaque que:

É importante reiterar que, quando se busca uma nova organização do trabalho pedagógico, está se considerando que as relações de trabalho, no interior da escola deverão estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico. É nesse movimento que se verifica o confronto de interesses no interior da escola. Por isso todo esforço de se gerar uma nova organização deve levar em conta as condições concretas presentes na escola. Há uma correlação de forças e é nesse embate que se originam os conflitos, as tensões, as rupturas, propiciando a construção de novas formas de relações de trabalho, com espaços abertos à reflexão coletiva que favoreçam o diálogo. (Veiga, 1994, p.19)

3 - METODOLOGIA DE PESQUISA

A unidade escolar pesquisada foi o Centro de Ensino Especial (CEE) 01 de Sobradinho. Atualmente atende 315 alunos, na faixa etária entre os primeiros meses de vida até a idade adulta, sendo que desses estudantes, 102 recebem atendimento complementar de apoio à inclusão. A instituição de Ensino Especial diferencia-se do Ensino Regular na utilização de metodologias específicas, com alternativas adaptadas de atendimento e avaliação, buscando, portanto, recursos que enriqueçam e viabilize a ação pedagógica como apoio à operacionalização do currículo funcional. O Currículo Funcional é uma proposta de ensino que visa à melhoria da qualidade de vida diária dos estudantes.

De modo geral, trata-se de um empreendimento de ensino projetado para oferecer oportunidades para nossos jovens aprenderem naturalmente habilidades que são importantes para torná-los mais independentes, produtivos e felizes em diversas áreas importantes da vida humana em família e em comunidade. O currículo não deve ser concebido de maneira a ser o aluno quem se adapte aos moldes que oferece, mas como um campo aberto à diversidade. Tal diversidade não deve ser entendida no sentido de que cada aluno poderia aprender coisas diferentes, mas sim de diferentes maneiras. (PASTOR. 1995 p. 142-14).

A intervenção educativa dos professores no processo de mediação da aprendizagem está baseada na credibilidade das mudanças. Entendemos que educando e educador se transformam, havendo um processo de troca na qual se estabelece um vínculo de respeito, amabilidade e, conseqüentemente, o processo de ensino e aprendizagem terá grande probabilidade de ser efetivado.

O CEE 01 conta, atualmente, com duas vans contratadas pelo Governo do Distrito Federal (GDF), que fazem o transporte de alunos que moram em Sobradinho e Sobradinho II, a fim de atender ao direito de acesso à educação dos alunos residentes nesses setores, de acordo com suas necessidades

educativas especiais. Parte significativa desses alunos é carente em termos socioeconômicos, residindo em locais distantes e de difícil acesso, o que torna necessária a utilização desse transporte, realizado por profissionais habilitados e que são avaliados pela equipe gestora desse estabelecimento de ensino.

O CEE 01 de Sobradinho não acomoda efetivamente todos os estudantes, os quais, atualmente, estão distribuídos em três locais: o próprio CEE, a EC 05 e o IFB campus de Planaltina, pelo fato do espaço físico ser insuficiente para atender todos esses alunos, e não proporcionar as condições necessárias à realização do trabalho. Faz-se necessário, portanto, aproveitar da melhor forma possível os espaços já existentes. Uma das soluções encontrada para o aproveitamento tem sido a divisão da mesma sala para duas turmas, sendo observadas as possibilidades de convívio e compartilhamento do espaço físico entre os estudantes, em função das especificidades de suas deficiências.

O Centro de Ensino Especial (CEE), atualmente, oferece atendimento para sete alunos na modalidade de Atendimento Educacional Especializado Alternado, 16 alunos na modalidade Transtorno Global do Desenvolvimento, 47 alunos na modalidade Deficiência Múltiplas, 44 alunos nas oficinas sociais profissionalizantes, 102 alunos na modalidade Educação Precoce e 102 alunos no atendimento de Apoio à Inclusão, totalizando 318 alunos.

Uma das perspectivas dos profissionais que atuam nesse centro é a expansão de alguns atendimentos educacionais, como por exemplo, o atendimento complementar em oficina de linguagem, tanto para os alunos do centro como para os da inclusão, para o que se fazem necessários novos espaços físicos.

O Centro de Ensino Especial 01 de Sobradinho oferece atividades segundo a faixa etária e as necessidades educacionais dos alunos, respeitando as suas especificidades e em conformidade com as Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, órgão que rege o

sistema educacional do Distrito Federal, logo os CEEs existentes na Rede de Ensino.

Fazem parte da clientela atendida pelo CEE 01 de Sobradinho, conforme o Projeto Político Pedagógico em vigor: alunos que não possuem indicação imediata para a inclusão nas classes comuns ou para a integração nas classes especiais ou nas classes de integração inversa; alunos com deficiência(s) severa(s) - intelectuais ou múltiplas - cujo atendimento requeira currículo especial; crianças do Programa de Educação Precoce (de zero a três anos e onze meses), até que o sistema de ensino disponha de creches ou centros de Educação Infantil, em número suficiente e em condições adequadas para recebê-los; alunos com transtorno global do desenvolvimento, quando a gravidade do quadro clínico ou de suas manifestações de conduta não permita sua permanência ou imediata inclusão na rede regular de ensino.

Nessa instituição educacional são também atendidos alunos que estão incluídos no ensino regular e em classes especiais, acima de quatro anos, por meio de atendimentos complementares que são ofertados no contra-turno, na forma de ambientes temáticos em oficinas de informática, educação física (piscina), artes, psicomotricidade, educação ambiental (horta) e equoterapia.

Dessa forma, é estabelecida uma programação com o objetivo de desenvolver os aspectos socio-afetivo-cognitivo e psicomotor dos alunos, evidenciando a manifestação de suas reais potencialidades, oportunizando uma educação de qualidade e viabilizando preceitos educacionais preconizados na Constituição sobre o “Direito à Igualdade de Oportunidade” para todos.

Dados da mantenedora

1.1 Mantenedora	Governo do Distrito Federal
-----------------	-----------------------------

Dados da instituição educacional

2.1-Nome da instituição educacional	Centro de Ensino Especial 01 de Sobradinho
2.2-Endereço completo	Q14 - AE 05
2.3-Telefone/ email	3901-4105 cee01sob@gmail.com
2.4- Localização	Zona Urbana
2.5 -Divisão de Ensino	DRE- Sobradinho
2.6 -Data da criação da IE	1969
2.7-Autorização: Deliberação do Conselho Estadual de Educação	Credenciamento- Portaria 17 de 07/07/80
2.9-Turno de funcionamento	Matutino/vespertino
2.10-Nível de ensino ofertado	Ensino Especial

3.1– Função

A função do Centro de Ensino Especial 01 de Sobradinho é promover uma aprendizagem significativa, lúdica, funcional e prazerosa, sustentada por instrumentos legais em âmbito nacional, encaminhados pelo Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação e Distrito Federal.

Espera-se que os alunos especiais sintam-se incluídos na sociedade, arcando plenamente com seus deveres como cidadãos e exigindo do Estado o pleno cumprimento de seus direitos. É também intuito do Centro de Ensino Especial que os estudantes sejam respeitados em suas especificidades, que possam no convívio escolar usufruir de um bem-estar e de uma socialização efetiva.

Procura-se pautar as ações na busca de estratégias contextualizadas e inovadoras, por meio de discussões e planejamentos, averiguando as metas, a fim de trazer soluções aos questionamentos e estabelecer meios que viabilizem

a superação de dificuldades que surjam ao longo do processo de ensino aprendizagem.

3.2 - HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

O Centro de Ensino Especial 01 de Sobradinho foi fundado em 1º de agosto de 1969, com a denominação de Escola Classe 09 de Sobradinho. Atendia, na ocasião, alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Especial. No decorrer dos anos, com a crescente demanda, passou a receber, exclusivamente, aos alunos deficientes, com transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais e outros.

Em 1991, já com a denominação de Centro de Ensino Especial 01 de Sobradinho, continuava com a mesma estrutura física de Escola Classe e salas com divisórias em madeira.

Em 1996, a escola passou por uma reforma, quando as salas foram divididas com estruturas permanentes, entretanto, a reforma não atendeu por completo às necessidades da clientela. A metragem das salas tornou-se insuficiente, os banheiros pequenos e mal localizados, sem a adaptação necessária a todos os atendimentos previstos: tamanho e altura na instalação de vasos sanitários e pias, ausência de fraldário e de box para banho, em função da previsão de atendimento a alunos de zero à idade adulta etc. O piso não possui adaptação antiderrapante que favoreça o deslocamento de pessoas com dificuldades na marcha. Nada foi adaptado para facilitar o trabalho desenvolvido com uma clientela que apresenta necessidades especiais em seu percurso educativo, tendo apenas sido feita a revitalização das antigas instalações.

Até 1990 os alunos eram encaminhados por uma equipe de diagnóstico localizada no Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica (COMPP), em parceria com a Secretaria de Saúde. A partir de 1991 foi instituída uma equipe diagnóstica que atendesse exclusivamente ao ensino especial, na Diretoria

Regional de Ensino (DRE) de Sobradinho: Equipe de Apoio à Aprendizagem. A partir de 2009 essa equipe, com a denominação de Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, passou a atender exclusivamente a esta unidade de ensino.

As adaptações do espaço físico foram feitas nos últimos 13 anos por iniciativa das várias gestões que se sucederam ao longo desse período. Como os recursos nem sempre foram suficientes, contou-se com a colaboração da comunidade escolar, que promoveu campanhas, rifas e eventos para aquisição de duas piscinas, uma interna e outra externa, para o atendimento motor no meio líquido.

Devido às necessidades específicas das crianças portadoras de Conduas Típicas de Síndromes e Psicoses Infantojuvenis tornou-se imprescindível a implantação de um atendimento educacional adequado em classes especiais.

Iniciou-se em 1995 o projeto “Escola de Pais”. Com esse atendimento em diversas modalidades, autismo e psicose objetivaram-se oportunizar a educação especializada e o desenvolvimento das potencialidades individuais, oferecendo condições para minimizar as limitações e favorecer ao máximo a autonomia, a participação e integração dessas crianças na família, na comunidade escolar e na sociedade em geral.

São realizadas reuniões semanais com pais e professores visando fornecer orientações sobre o manejo educacional e comportamental das crianças e sua integração escolar no processo de ensino e aprendizagem. Incluem também, observações em sala de aula e passeios pedagógicos com o objetivo de promover, em conjunto com os demais professores, a realização de visitas domiciliares, excursões, participações em eventos socioculturais, visando melhorar a adequação e integração social das crianças.

Inicialmente, o atendimento não possuía ambiente físico definitivo, somente a partir de 2008 obteve-se esse espaço. Em 2009, houve a

implementação do projeto “Interação Família Escola” pela orientadora educacional dessa instituição, que continua até a presente data.

Em 2005, foram instaladas barras nos corredores e banheiros para melhor atender às necessidades físicas dos alunos.

No ano de 2006, a escola, em parceria com o Centro de Ensino Santa Rita de Cássia, adquiriu e instalou, no CEE, uma piscina em dimensões adequadas e com aquecimento solar, inaugurada naquele mesmo ano.

A Secretaria de Estado de Educação (SEE/DF) iniciou em 2008 a contratação de monitores, assim como de técnicos de gestão educacional para auxiliar no atendimento ao educando.

Em suma, o CEE não foi planejado para atender essa clientela específica de alunos, o que se tem feito, apesar das dificuldades existentes, é buscar incessantemente oferecer um atendimento de qualidade.

Metodologia de pesquisa de fatos e fenômenos exatamente como ocorre no real e tem como objetivo compreender e explicar um problema pesquisado. Assim, a pesquisa de campo é de fundamental importância na área educacional porque visa compreender os diferentes aspectos de uma determinada realidade.

A pesquisa é um elemento essencial na área educacional, pois sem ela o educador seria apenas um transmissor de conteúdos e não um mediador do conhecimento. Por ser a pesquisa uma atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade, é ela que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo.

Como em qualquer profissão, as atualizações são fundamentais, pois todos os dias a sociedade evolui, sofre modificações, alteram-se os valores e o professor, mesmo dando a matéria lecionada há vinte anos, não pode utilizar sempre à mesma linguagem, o mesmo método de ensino, a mesma pedagogia. É necessário fazer um trabalho de pesquisa constante, se manter atualizado

com os fatos diários trazendo-os para a sala de aula. Dessa forma, as aulas deixam de ser monólogos, transformando-se em espaços ativos e criativos.

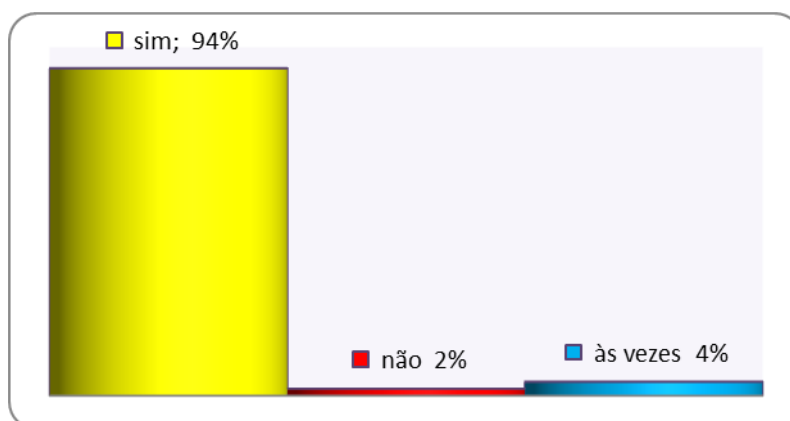
Nessa perspectiva, a pesquisa é muito importante na educação, uma vez que os fenômenos educativos devem ser vistos e analisados levando em conta o sujeito cognoscente e o contexto no qual se dá a interação do sujeito e objeto do conhecimento.

Para realizar esta pesquisa, tomou-se como base algumas características importantes do contexto educacional, com o envolvimento direto de professores, equipe gestora e comunidade: o ambiente como fonte direta de obtenção dos dados, permitindo a inserção das pesquisadoras no ambiente pesquisado, onde foram adquiridas as informações necessárias ao conhecimento da realidade pesquisada por meio de um trabalho sistematizado de observações e entrevistas; bem como, baseando-se na atribuição de significado que as pessoas dão às suas ações. Para tanto, buscou-se não quantificar os fatos, mas, interpretar os fenômenos, levando em conta não só os dados que se apresentavam, bem como, os valores e significados que os pesquisados dão às suas ações.

No decorrer da pesquisa percebe-se a importância de se ter um embasamento teórico consistente sobre a temática pesquisada, pois, no momento das entrevistas foi possível relacionar os comentários dos pesquisados com as leituras realizadas. Isso ocorreu, por exemplo, durante conversas sobre formação continuada com a professora Amor, e sua fala reportou-se a uma determinada autora. Pôde-se explicitar, nesse momento, a relação feita, ao que a mesma disse: “eu falo é com base nos autores, o que eu acho, quando eu chego ali na esquina, eu já perdi”. Percebe-se, dessa forma, a importância de se ter o conhecimento teórico para a obtenção e compreensão de dados na pesquisa.

4-ANÁLISE DE DADOS

Gráfico 1

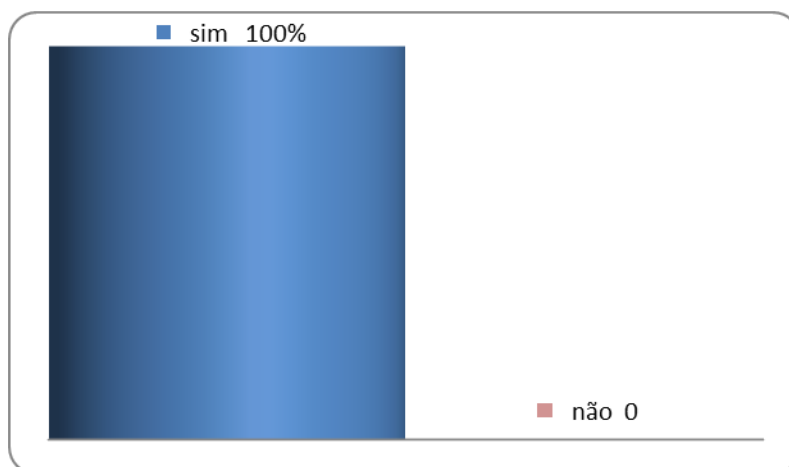


Com base na pesquisa realizada no Centro de Ensino Especial 01 de Sobradinho-DF, a maioria dos professores tem participado de uma série de reuniões para buscar compreender o significado do PPP, sua importância para a escola e, ao mesmo tempo, refletir sobre os pressupostos que devem orientar uma proposta pedagógica.

Sobre a elaboração do PPP, conforme demonstra a pesquisa realizada, a maioria julga importante para a escola que busca qualidade, entendem que o projeto deve considerar as atividades escolares, do pedagógico ao administrativo. Uma pequena porcentagem do grupo de professores não participa do PPP, pois consideram que este é um trabalho a ser desenvolvido individualmente, por cada professor, de acordo com a necessidade de seus alunos.

Segundo Vasconcellos (1995), o projeto pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita resignificar a ação de todos os agentes da instituição (p. 143).

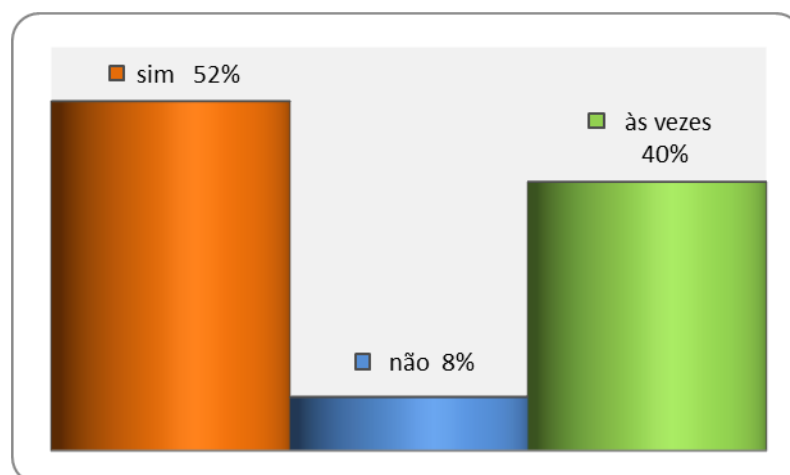
Gráfico 2



Efetivamente, os professores afirmam que a orientação do coordenador no desempenho das atividades propostas em sala de aula é de suma importância, pois é capaz de sugerir maneiras variadas de ensinar, tornando-se fator fundamental na realização de um bom trabalho com os alunos.

O projeto representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade, tomarem sua escola nas mãos, definir seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, organizar suas ações, visando atingir os objetivos a que se propõem. É o ordenador, o norteador da vida escolar (LIBÂNEO, 20, p.).

Gráfico 3

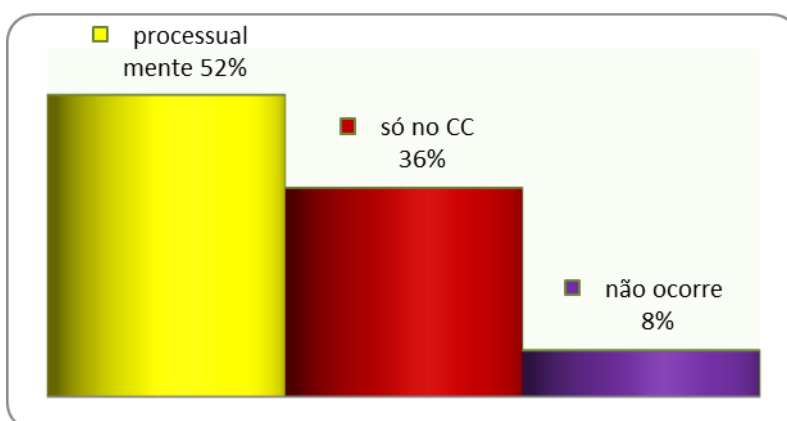


O coordenador pedagógico exerce um papel de grande relevância no fazer pedagógico, pois é um mediador importante entre professor e alunos. Contudo, pouco mais da metade considera importante a presença desse profissional (52%), e menos da metade opinou que “às vezes” (40%).

Esse profissional busca criar condições favoráveis ao crescimento intelectual e profissional dos educadores, por meio de cursos de formação continuada e oficinas pedagógicas. Além disso, participa ativamente dos projetos criados pela unidade escolar e consegue diagnosticar as dificuldades e apontar prováveis soluções, para que ocorra um bom andamento do processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Almeida (2003, p.45), na formação do professor, "é muito importante prestar atenção no outro, em seus saberes, dificuldades", sabendo perceber e conhecer essas necessidades provocando subsídios necessários à atuação. Assim, o contato entre docentes e coordenador, à medida que se encurta e ambos evoluem em sentido prático e teórico, concebe a confiança, o respeito entre estes e favorecem a elevação como pessoas.

Gráfico 4

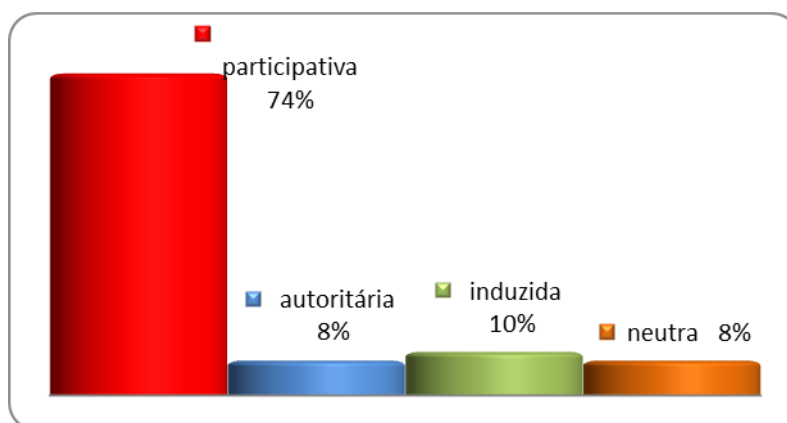


O PPP é história, criação e desenvolvimento. É o elemento central na realização conjunta de um trabalho que orienta a escola na árdua tarefa de formação plena do indivíduo em que metade dos envolvidos responde que participa “processualmente” do desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico (52%).

O processo do planejamento escolar ocorre a todo o momento e as decisões assumidas coletivamente ficam registradas nesse documento para possíveis ou necessárias alterações. Do mesmo modo, são registradas as sugestões e a reflexão sobre as condições necessárias para sua implementação.

O planejamento, em todas as áreas, é uma necessidade. Planejar é o contrário de improvisar. No terreno específico da educação, isto se torna essência para a realização de um bom trabalho. Ao planejarmos, antecipamos o que haveremos de realizar e, em consequência, agimos segundo o estabelecido. Para VASCONCELOS (2002, p. 34), planejar ajuda àquilo que se almeja (“relação teoria-prática”).

Gráfico 5



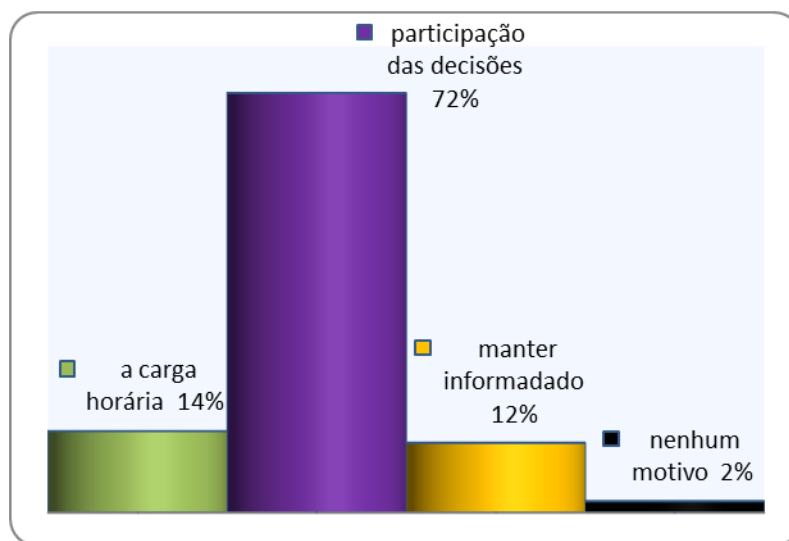
Mais da metade dos professores (74%) respondeu que o coordenador pedagógico deve atuar de forma participativa, referindo na resposta subjetiva que:

- o coordenador pedagógico deve estar sempre atento à realidade escolar;
- ter uma boa formação como educador;
- ser competente para localizar os temas geradores do grupo;
- ser capaz de despertar, de mobilizar as pessoas, acolher, provocar, subsidiar, interagir;
- colaborar com os professores na construção e realização interativa do projeto de ensino e aprendizagem.

A minoria (26%) pensa que o coordenador pedagógico deve atuar de maneira autoritária (8%), induzida (10%) ou neutra (8%) e a maioria acredita que o coordenador deve ser articulador e participativo (74%).

Segundo Orsolon (2003, p.19), algumas atitudes do coordenador são capazes de desencadear mudanças no professor: Promover um trabalho de coordenação em conexão com a gestão escolar. Quando os professores percebem essa integração, sentem-se sensibilizados para a mudança, já que o planejamento do trabalho se dá de forma menos compartimentalizado.

Gráfico 6



O campo de atuação do coordenador pedagógico é muito amplo: envolve atividades relacionadas aos componentes curriculares, aprendizagem e construção do conhecimento, disciplina, ética, avaliação, materiais didáticos e interage com a comunidade, mantém empenhado e firme o propósito assumido na proposta político pedagógica da unidade escolar. Ainda, o coordenador pedagógico acompanha o professor em suas atividades de planejamento e avaliação, no sentido de melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Enfim, gerencia, coordena e supervisiona todas as atividades relacionadas ao processo ensino e aprendizagem. Pode-se, assim identificar as funções do coordenador: formadora, articuladora e transformadora no ambiente escolar.

Mediante a análise dos dados entende-se, portanto, que o nível de aceitação desse profissional na escola é muito bom.

Para Freire (1982), o coordenador pedagógico é, primeiramente, um educador e, como tal, deve estar atento ao caráter pedagógico das relações de aprendizagem no interior da escola. Ele deve levar os professores a ressignificarem suas práticas, resgatando a autonomia sobre o seu trabalho sem, no entanto, se distanciar do trabalho coletivo da escola.

CONSIDERAÇÕES

Diante da expectativa de buscar uma resposta ao questionamento, sobre o papel do coordenador pedagógico, e sua relação com o Projeto Político Pedagógico, este estudo demonstrou como é prática usual a não utilização desse ator em toda sua potencialidade, no que tange à sua posição privilegiada de articulador na comunidade escolar, no exercício de suas atribuições. Destacou também a importância da participação dos professores, com alto índice de envolvimento nas atividades pedagógicas, assim como, o significativo reconhecimento e a valorização das atribuições que competem à coordenação pedagógica.

Outro dado interessante que referenda as afirmativas de Paro (2001, p.146), no que concerne a questão da criticidade, é que essa parcela da categoria, mesmo estando profissionalmente amadurecida, utiliza-se do espaço da coordenação pedagógica de forma efetiva, mas mantêm-se à margem sobre assuntos que considera estranho ao mundo educacional, muito embora estejam diretamente ligados ao seu cotidiano, quando elencam que 52% participam em assuntos pedagógicos debatidos na coordenação; 40% “às vezes” em assuntos administrativos, e somente 8% não participam quando se trata de “assuntos diversos”.

Entretanto, se faz necessária análise mais aprofundada de alguns questionamentos propostos nesta pesquisa, como: aceitação em subtrair dessa função em benefício próprio ou como prêmio; a liderança exercida por alguns docentes no interior das escolas pesquisadas, enfim, alguns fatores que, apesar de identificados, não puderam ser amplamente pesquisados por fugirem do tema específico do presente estudo, mas que são determinantes quando se pretende traçar o perfil de uma escola.

Desse modo, o presente estudo vai ao encontro da percepção do retrato de dissonância em que se encontra a Educação em nosso país. Ou seja, depara-se ante tal condição conjuntural da educação, a partir de uma ótica crítico-reflexiva; ao mesmo tempo, busca “compreender o Projeto Político

Pedagógico como instrumento de intervenção na prática educacional” (Vinhais, 2002, p. 165) e constata que “é preciso intervir no mundo”, sendo imperativa, portanto, a necessidade de disponibilidade ao diálogo e de reconhecimento do caráter ideológico da educação. Só assim é possível a conscientização necessária a fim de concretizar os ideais da educação como instrumento libertador.

Tão importante quanto o espaço da coordenação pedagógica, está a figura do seu coordenador, devidamente capacitado. Daí a necessidade da formação continuada, a fim de que ele possa subsidiar as discussões com vistas à construção e implementação do Projeto Político Pedagógico da escola. Portanto, demonstrou-se que o coordenador pedagógico deve ocupar o papel de mediador das relações entre os diversos segmentos da comunidade escolar e das atividades pedagógicas discutidas e propostas com os professores, tendo como difícil tarefa tentar conscientizar o corpo docente escolar sobre a importância de uma postura crítico-reflexiva sobre sua prática, na busca de possíveis alternativas que os conduzam a uma visão de mundo diferenciada, mais crítica, sem preconceitos, onde conviver e compreender a diversidade humana se faz cada vez mais necessário.

BIBLIOGRAFIA

SANTOS, L. L. de C. P.; OLIVEIRA, N. H. O Coordenador Pedagógico no contexto de Gestão Democrática da Escola. [s. l.: s.n.; s.d.].

SAVIANI, D. Escola e Democracia. São Paulo: Autores Associados, 1995.

SILVA, Moacyr da. O trabalho articulador do coordenador pedagógico: a integração curricular. In: PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (Orgs.). **O Coordenador Pedagógico e os desafios da educação**. São Paulo: Loyola, 2012, p. 51-59.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad Editora, 2009.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico: elementos metodológicos para a elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto político-pedagógico: Uma relação regulatória ou emancipatória? Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br/> / <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ccedes/v23n61/a02v2361.pdf>

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da escola: Uma construção possível. Campinas: Papyrus, 2011. 29ª Edição.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (Orgs.). As Dimensões do Projeto Político-pedagógico: novos desafios para a escola. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (Orgs.). As Dimensões do Projeto Político-pedagógico: novos desafios para a escola. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

O Coordenador Pedagógico frente à construção do Projeto Político Pedagógico da escola. WWW.educonufs.com.br/eixo_17/PDF/40.pdf

A construção de Projeto Político Pedagógico em escola. UCS WWW.ucs.br/etc/conferencias

GLÓRIA, Maria Ires Araujo e Silva, Maria Joelma
Reconstrução do Pro Ped. Disponível em: moodle3. Mec.gov.br. acesso em 16/05/2013

ANEXO

PESQUISA

Colegas

Estou realizando uma pesquisa qualitativa da Pós-Graduação *Latu sensu* na Universidade de Brasília (UNB), para realizar minha conclusão, gostaria que o colega respondesse as questões abaixo.

1. Qual a sua participação no Projeto Político Pedagógico?

2. O coordenador colabora com seu trabalho em sala de aula?

Sim

Não

3. Qual a importância do coordenador pedagógico como mediador do processo educativo da escola? Cite alguns pontos:

4. Como vocês realizam e desenvolvem o projeto político pedagógico?

5. Em sua opinião de que forma os coordenadores pedagógicos devem atuar para melhor atender os professores no desenvolvimento do projeto político pedagógico?

6. O que os coordenadores pedagógicos podem estar desenvolvendo, para que haja uma interação no trabalho coletivo?

7. Coordenadores incentivam o trabalho coletivo na sua escola?

Sim

Não